



# Prefeitura do Município de Londrina

## Estado do Paraná

### SMF-TARF - ACÓRDÃO

**PROCESSO: SEI Nº 19.006.031611/2025-34**

**RECORRENTE:** Maria da Conceição Lourenço

**ASSUNTO:** Isenção do IPTU para pessoas com mais de 63 anos

#### **EMENTA**

Ausência de análise de mérito em sede de primeira instância administrativa. Artigo 28 do Decreto 818, de 14 de julho de 2023 – Regimento Interno do TARF.

***Art. 28. Considerando que o TARF se trata de órgão de julgamento em segunda instância administrativa, os processos que não tiveram julgamento de mérito retornarão para julgamento em primeira instância.***

Não conhecimento do recurso.

#### **ACÓRDÃO Nº 017/2025/TARF/PML**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso voluntário em que é recorrente Maria da Conceição Lourenço

ACORDAM, os integrantes do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por não estarem presentes os pressupostos de admissibilidade, retornando o processo para primeira instância administrativa. Votaram os membros Fabiano Nakanishi, Gustavo Corcovia Fonseca, Rosalmir Moreira, Fábio Hiroyuki Tanno, Marcelo Moreira Candeloro, Natália dos Santos Stasiak e a Presidente Yumiko Ueno Magno.

Londrina, 25 de fevereiro de 2025.

Yumiko Ueno Magno



Documento assinado eletronicamente por **Yumiko Ueno Magno, Presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais**, em 25/02/2025, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **14982104** e o código CRC **C829279F**.